

R\$ 29,649 BILHÕES

foi quanto o governo arrecadou com a CPMF
no período de janeiro a outubro deste ano

6,12 %

é a participação do imposto do cheque
na arrecadação total da Receita Federal

QUEBRA DE DECORO

Tião Viana anuncia novo calendário de votação da CPMF e do processo contra Renan. Com isso, o Planalto e o peemedebista montam estratégia para aprovar o imposto e preservar o mandato do senador

Cadu Gomes/CB



TIÃO VIANA CHEGOU A MARCAR UMA REUNIÃO DE LÍDERES PARA ONTEM DE MANHÃ EM BUSCA DE UM ACORDO. MAS A CANCELOU, CIENTE DE QUE NÃO HAVERIA CONSENSO

Depois do veneno tucano,
O ANTÍDOTO GOVERNISTALEANDRO COLON E
MARCELO ROCHA
DA EQUIPE DO CORREIO

A iniciativa do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), de envenenar a estratégia do governo e retardar o julgamento de Renan Calheiros (PMDB-AL) em plenário, transformou o calendário de votações da Casa em um cenário confuso e incerto e obrigou o Palácio do Planalto a remontar seu xadrez para aprovar até o fim do ano a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), anunciou ontem sua previsão para os dois casos considerados prioritários no momento. Segundo ele, o pedido de cassação de Renan deve ser votado entre os dias 4 e 5 de dezembro. E o primeiro turno da CPMF, no dia 14, uma sexta-feira. Se dependesse de Renan, seu caso iria amanhã a plenário. E, nas contas do governo, a primeira votação da CPMF ocorreria no dia 6. Ou seja, datas diferentes das anunciadas ontem por Viana após a manobra de Arthur Virgílio, relator do processo contra Renan na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O peemedebista é acusado de

usar laranjas para comprar veículos de comunicação em Alagoas. Ele aposta que, hoje, tem votos suficientes para ser absolvido, repetindo o mesmo resultado do primeiro julgamento em setembro, quando salvou o mandato após ser acusado de receber ajuda de um lobista para pagar despesas pessoais.

Tramitação

Renan não gostou da postura de Arthur Virgílio de não entregar ontem o parecer na CCJ — depois de o Conselho de Ética ter aprovado a cassação na semana passada. Esse tipo de tramitação na CCJ não costuma levar mais do que um dia. Renan sabe que a tática do líder do PSDB mira, principalmente, o governo, que, na análise tucana, estaria articulando um acordo para salvar o peemedebista e, em troca, ter seu apoio para aprovar a CPMF.

Tião Viana chegou a marcar uma reunião de líderes para ontem de manhã em busca de um acordo. Mas a cancelou, ciente de que não haveria consenso. O líder do PSDB reafirmou sua intenção de apresentar seu parecer somente na próxima semana, provavelmente na quarta-feira. E voltou a sustentar a tese de acordo entre PMDB e governo. "Se

não fosse isso, o Renan não estaria tão chateado", argumentou.

A postura tucana desagradou a Renan não só por atrasar a conclusão do processo, como por obrigá-lo, provavelmente, a prorrogar sua licença de 45 dias da Presidência do Senado, que se encerra na próxima segunda-feira. Segundo aliados que conversaram com ele ontem, Renan pretende renovar seu afastamento. Alguns senadores levantaram a hipótese de retorno à Presidência na segunda-feira. Aliados do senador alagoano, no entanto, a descartaram. Avaliam que isso tumultuaria o clima na Casa e só prejudicaria uma absolvição quase certa em plenário.

Decidido a prorrogar a licença, Renan ainda não definiu o novo prazo. Ele quer, primeiro, ter certeza da data de seu julgamento. Até porque avalia renunciar ao cargo antes disso, como um gesto para garantir a absolvição. Aos jornalistas, o senador não escondeu a insatisfação com o adiamento da votação. "Eu já dei tudo a eles (senadores), uma licença de 45 dias. Eu preciso tirar mais quantos?", disse. Ontem, ele conversou sobre o assunto com Tião Viana em plenário. Ouviu dele que, pelo calendário previsto, a votação de sua cassação não passaria do dia 5. "Eu sigo o regimento,

que diz que a CCJ tem que concluir o parecer até o dia 28. Com isso, o caso vai a plenário até o dia 5", afirmou Viana.

Votação

Enquanto Renan se irritou com o atraso de seu julgamento, o governo não se incomodou tanto. O líder do Palácio do Planalto no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), defendia, desde a semana passada, que a cassação do colega fosse julgada somente depois do primeiro turno da CPMF. Isso porque ele teme que uma eventual renúncia de Renan ou até mesmo a cassação possa abrir imediatamente o processo sucessório, prejudicando as negociações pela CPMF. Até o dia 14, Jucá manterá as negociações para garantir os 49 votos necessários para aprovar o imposto. "O plenário depende da negociação", afirmou (leia mais na página 4).

Jucá terá que enfrentar vários obstáculos no plenário. O primeiro é desobstruir a pauta do Senado, hoje trancada por quatro medidas provisórias. Sem isso, não corre o prazo de discussão da CPMF, o que atrasa sua tramitação e põe em risco a votação do primeiro turno até mesmo para o dia 14. Ontem, a oposição obstruiu as votações e o governo não conseguiu um quorum mínimo.

PASSO A PASSO //

DIA 26 DE NOVEMBRO

Vence a licença de 45 dias que Renan Calheiros pediu da Presidência do Senado, depois de ser absolvido no primeiro processo por quebra de decoro. O parlamentar alagoano deve prorrogar o afastamento

ATÉ O DIA 28

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), apresenta parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre o processo contra Renan

ENTRE 4 E 5 DE DEZEMBRO

O plenário do Senado julga o processo contra o peemedebista. Serão necessários os votos de 41 senadores para cassar o mandato do presidente licenciado

DIA 14

Primeiro turno da CPMF

ENTRE 18 E 20

Segundo turno da CPMF